



Terra, água e agricultura urbana – convergência possível nas lutas territoriais da zona oeste do Rio de Janeiro

*Land, water and urban agriculture – possible convergence
in territorial struggles of Rio de Janeiro' west zone*

BAPTISTA, Silvia R. N.¹; SILVA, Emilia J. de M.²

¹Agrovargem, s2baptista@gmail.com; ²CPDA/UFRRJ, ejomalinis@gmail.com¹

Tema gerador: Agroecologia e Agriculturas Urbana e Periurbana

Resumo

A experiência aqui relatada destaca a existência de um recente processo de convergência entre dois movimentos aparentemente com poucas aproximações e agendas comuns, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Numa conjuntura marcada pela histórica violação do acesso à terra, um fato específico fez juntar - e potencializar - a um só tempo a luta contra a ameaça de remoção, em favor do direito à moradia, e a luta pelo território, pela água e pela agricultura urbana.

Palavras-chave: agroecologia; direito à cidade; moradia popular; PEU das Vargens; Vila Autódromo.

Abstract

The experience reported here highlights the existence of a recent process of convergence between two movements, apparently with few common approaches and agendas, in Rio de Janeiro' west zone. In a context marked by the historical violation of access to land, a specific fact combined - and favoured - at the same time the struggle against evictions in favor of the right to housing and the struggle for land, water and urban agriculture.

Keyword: agroecology; right to the city; popular housing; *PEU das Vargens*; *Vila Autódromo*.

Introdução

A experiência aqui relatada situa-se na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, no contexto de discussão dos impactos relacionado às recentes competições esportivas globais² e à legislação urbana vigente a partir do Plano de Estruturação Urbana (PEU) das Vargens, em 2009 (PCRJ, 2009). Destacamos a existência de um recente processo de convergência entre dois movimentos aparentemente com poucas aproximações e agenda comuns, bem como com trajetórias de constituição distintas: os movimentos de agroecologia e agricultura urbana e de luta por terra e água na região das Vargens, Zona Oeste da cidade. Pretendemos apresentar alguns dos principais aspectos desta aproximação em período recente. Numa conjuntura marcada pela histórica violação

1 Então integrante da equipe técnica do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) no período chave de análise e atuação da experiência apresentada.

2 Notadamente a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.



do acesso à terra, um fato específico fez juntar - e potencializar - a um só tempo a luta contra a ameaça de remoção, em favor do direito à moradia, e a luta pelo território, pela água e pela agricultura urbana.

Material e Métodos

Não é recente a existência de críticas por parte da comunidade acadêmica acerca do normativo que leva ao estabelecimento do rural e do urbano para fins político-administrativos. Autores como Abramovay (2000), Veiga (2004) e Wanderley (1997) fazem apontamentos críticos ao Decreto-Lei nº 311, de 1938, ainda hoje utilizado para o estabelecimento de áreas rurais e urbanas. Parte desta crítica refere-se à tendência do desaparecimento das sociedades rurais frente ao processo hegemônico da industrialização e urbanização, nos levando a pensar sobre as fronteiras entre o rural e o urbano. A problemática definição sobre áreas rurais e urbanas se mostra ainda mais agravada na realidade carioca, na medida em que o Plano Diretor municipal relega a cidade apenas à expansão imobiliária e industrial, ao considerá-la 100% urbana.

Este exercício de elaborar mediações entre o rural e o urbano nos ajuda a compreender a dinâmica existente ainda hoje no Sertão Carioca. Mesmo com as adversidades normativas e político-administrativas, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro um delicado ecossistema de várzea localizado entre o mar e o Maciço da Pedra Branca é também conhecido como Sertão Carioca. Parte importante de suas encostas, desde 1974, passaram a fazer parte do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB)³. A legislação referente às unidades de conservação implica na definição de áreas de amortecimento e de um cuidado específico de seu entorno. No Maciço da Pedra Branca nascem diversas (centenas) nascentes que traçam um caminho de fértil agrobiodiversidade em seu caminho para o mar. Considerando que água é um dos ativos ambientais mais preciosos e cada vez mais escassos na cidade, proteger esse bem comum é mais que urgente. Está associado à defesa da própria floresta e da alimentação produzida no local.

Há consideráveis propriedades e ocupações consolidadas na região que apresentam experiências diversificadas, hoje (auto) identificadas como experiências de agricultura urbana e periurbana. A constituição histórica desse território é composta por descen-

3 O estabelecimento do PEPB trouxe mais e novos desafios para a permanência e reprodução das práticas tradicionais de manejo da natureza, na medida em que politicamente antagonizou historicamente a conservação demandada para a área com o manejo ali existente.



dentes de indígenas e quilombolas⁴, como povos originários, seguida da ocupação portuguesa e de pessoas que vieram pelo êxodo rural para ocupar as lavouras iniciadas pelos primeiros ocupantes.

A vivência a partir de visitas e intercâmbios realizados entre os anos de 2012 e 2017 são as Metodologias que informam esse relato de experiência técnica.

Resultados e Discussão

Em 6 de dezembro de 2012, o anúncio por parte do então chefe do PEPB referente à remoção de cinco mil famílias da unidade de conservação é um marco na recente organização e luta pela terra nesta região. Dentro da luta pelo direito à cidade, já em finais da década de 90, comunidades da Baixada de Jacarepaguá se reuniam para discutir o seu processo de urbanização. Essa discussão promoveu uma ampla organização popular que acompanhou o processo de promulgação do Plano de estruturação urbana (PEU) da região das Vargens (PCRJ, 2009). Vila Autódromo fazia parte do mesmo processo de luta territorial, no entanto, posteriormente, foi objeto de um decreto próprio, separando-a das demais o acompanhamento de seu processo de desapropriação.

A situação se agravou quando a política urbana intensificou um processo de gentrificação da região, sob justificativa das competições globais, maquiando a força do capital que se apropria dos espaços de todos, nos roubam a condição de cidadãos, esfacelam com nossa história, patrimônio, nossa terra, com as memórias e com nossas tradições e saberes. A comunidade, especificamente, de Vila Autódromo, vizinha das principais instalações olímpicas, se tornou palco desta política elitista, sobre a qual há uma diversidade de estudos disponíveis, relatando o processo e a organização da comunidade em favor de sua permanência bem como enfatizando o papel que cumpre estes processos de captura de terra via “espoliação dos ativos dos mais pobres” como “mecanismo essencial para a expansão do processo de financeirização do capitalismo” (ROLNIK, 2015, p.243). A comunidade de Vila Autódromo se consolidou como a mais exemplar resistência popular ao Plano de Cidade Empresa “conduzida como condição” para a realização de grandes eventos na cidade. Quem conhece Vila Autódromo sabe muito bem que grande parte da arborização do local foi dizimada; foram arbitrariamente removidas junto de sua população. Afinal o que aconteceu lá foi parte de uma política de cidade para região.

4 Inclusive, a região abriga, hoje, duas das cinco comunidades quilombolas da cidade: Quilombo CafundáAstrogilda e Quilombo do Camorim.



A despeito das inúmeras ameaças de expropriação deste território e, por conseguinte, ao direito humano de morar e a necessidade cultural e socioambiental de plantar em áreas próximas às moradias, o bairro tem abrigado iniciativas inovadoras de circuitos de cultivo e comercialização de alimentos agroecológicos, abastecendo feiras orgânicas e grupos de compras coletivas. Assim como esta agricultura urbana tem sido ameaçada, as vinte e nove favelas da região têm sido ameaçadas pela nova legislação urbana e gestão privatista da cidade.

Junto às famílias coexistiram e coexistem também dezenas de árvores frutíferas fornecedoras de alimentos. Essa produção agrícola exerceu uma função econômica, social, cultural e alimentar na vida dessas moradoras e de seus parentes. Naturalmente não há para a maioria uma função monetária, necessariamente, mas o impacto sobre sua soberania alimentar é evidente.

Em um dos casos de remoção arbitrária vivenciados na região, fora feito um exercício de patrimonialização das árvores de uma propriedade⁵ que fora alvo de remoção arbitrária, chegou-se a listagem de 20 espécies de árvores frutíferas e mais sete medicinais com valor de mercado totalizando 99 árvores perenes e quarenta e sete pés de plantas medicinais. A esse inventário foram estudados a produtividade de cada indivíduo, seu ciclo de vida, sua idade, a projeção futura de sua produção. Para cada produto agrícola foi realizado um levantamento de preço no Ceagesp (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo) e multiplicado pela vida futura estimada da espécie. Ao final a patrimonialização contabilizou R\$ 83.287,00 em valores de 2012.

A patrimonialização das árvores frutíferas dos quintais de Vila Autódromo teriam aumentado a coesão com a luta local de agroecologia? Um inventário do patrimônio alimentar das comunidades ameaçadas de remoção pode fortalecer seus vínculos com a terra aumentando as chances de resistência à remoção? Na vida daqueles e daquelas que permanecem em seus territórios, como se dá seguimento a essa relação? Esse método pode significar para alguns a mercantilização da natureza?

São muitas as discussões. Entendemos que se tornou necessário ressignificar o conceito de moradia popular. Não serve às classes populares serem conduzidas a áreas periféricas e desertificadas onde não existe quintal ou não há possibilidade de agri-

⁵ Realizada por Marcelo Ramos, agrônomo do Projeto Profito, na propriedade da agricultora Maria Rita Barbosa, então moradora da Colônia Juliano Moreira, bairro de Jacarepaguá, Rio de Janeiro. Em 2012, Rita Aguiar teve não apenas sua casa, mas toda a sua lavoura dizimada também pelo governo municipal. Rita tirava na época todo o seu sustento da agrofloresta que tinha implantado com seus próprios recursos. Quando aconteceu a remoção de sua residência e a destruição das árvores frutíferas e horta, o ocorrido virou um processo judicial. Integrantes dos movimentos sociais junto com a defensoria pública, criaram os subsídios para instrumentalizar um processo contra a prefeitura do Rio.



cultura urbana, de um “cantinho” para plantar. Dar visibilidade à sustentabilidade ambiental das comunidades como uma relação matemática de árvores por pessoa com o cultivo para segurança alimentar poderia servir a essa ressignificação?

Por outro lado a precificação não serve para traduzir o vínculo que moradores demonstram com o seu quintal. Muito além da produção de alimentos, a relação da agricultura urbana com as suas árvores tem a dimensão afetiva e mais que isso demonstra a radicalidade mística-religiosa, na medida em que há ali um valor simbólico e imaterial. Há um profundo conceito de segurança alicerçado nas raízes das espécies semeadas, regadas e cultivadas pela moradora. Não tem preço. Só muito respeito à cidadania para preservar esses quintais.

Conclusão

Consideramos urgente inventariar essa enorme produção de alimentos na cidade. As árvores frutíferas são importantes para a agricultura urbana e fundamentais para a agroecologia na cidade. Os casos aqui sistematizados evidenciam a luta pelo acesso e uso da terra na promoção da união de resistências no campo e na cidade. É preciso compreender que o Maciço tem vida, respira, caminha, se alimenta e, sobretudo tem coração. As vidas que estão neste espaço podem ser descritas por fauna e flora, mas tão importante quanto estas existe lá a vida humana, pois assim como nascem plantas e animais, nascem também criaturas humanas marcadas pela floresta (BAPTISTA, 2014, p.11). É no espaço, enquanto território usado - conceito indispensável para a compreensão do mundo - que se dá a possibilidade de unidade, a totalidade (SANTOS, 1996). Ao pensar e agir no Sertão Carioca que teima em viver em pleno século XXI, somos instigadas a pensar as conexões rurais e urbanas que potencializam a organização social e as lutas populares contemporâneas.

Agradecimentos

Agradecemos às instituições: Rede Carioca de Agricultura Urbana; Núcleo de Estudos em Ambiente, Território e Sistemas Agroalimentares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (NEATS/UFRRJ); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); e ASPTA Agroecologia e Agricultura Familiar. Agradecemos também a todas e todos militantes da Baixada de Jacarepaguá, Vila Autódromo e Maciço da Pedra Branca; Maria Lúcia Pontes, que contribuiu para que vários saberes se unissem para instrumentalizar o Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública; os arquitetos Canagé Vilhena e Pedro Stauffer, que realizaram trabalho de consultoria na época, e à advogada e professora Andreza Franco.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF e ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 11

Agroecologia e Agriculturas
Urbana e Periurbana



Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, jan., 2000. 31 p. (Texto para discussão n. 702).

BAPTISTA, S. O Sertão Carioca vive no maciço da Pedra Branca. In.: **Caderno Complementar – Conflitos e Resistências. Caravana Agroecológica e Cultural do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: [s.n.], 2014.

BAPTISTA, S. Vila Autódromo: terra para morar e plantar. **Sertão Carioca**. Disponível em: <<http://sertaocarioca.org.br/2015/07/vila-autodromo-terra-para-morar-e-plantar/>> [s.l.: s.n.: s.d.]

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora Unesp, 2012 (1996)

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Lei complementar nº 104, de 27 de novembro 2009. **Diário Oficial do Rio de Janeiro**. 30/11/2009 pág. 3 a 26. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/a99e317a9cfec-383032568620071f5d2/afddee576933dbfc032577220075c7d6?OpenDocument>

VEIGA, J. E. **A dimensão rural do Brasil**. São Paulo: FEA-USP, 2004.

WANDERLEY, M. de N. B. O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, 35., Anais. Brasília: SOBER, 1997. p. 90-113.